

**DESIIS no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.132 - SP (2018/0216205-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**REQUERENTE** : A C J P  
**ADVOGADO** : HÉLDER BRAULINO PAULO DE OLIVEIRA - SP160011  
**REQUERIDO** : M C P  
**REQUERIDO** : S C P  
**REPR. POR** : M C  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE GINDLER DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP200310

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de desistência do recurso especial formulado por A. C. J. P., no qual renuncia *"à interposição de qualquer outro recurso, eis que já se desistiu em primeiro grau (autos 1041998-21.2016.8.26.0114 da UPJ Família, Campinas/SP)"*.

O pleito, todavia, não pode ser acolhido, pois o recurso especial já foi julgado em 21.10.2019, não tendo sido conhecido (e-STJ fls. 182-189).

Não há recurso pendente nesta Corte para permitir eventual desistência, não podendo ser homologado o pedido porque o recurso já foi julgado.

A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECONSIDERAÇÃO. INTIMAÇÃO. DESISTÊNCIA APÓS O JULGAMENTO DO RECURSO. DESCABIMENTO.*

*(...) 3. Descabida a homologação de pedido de desistência de recurso já julgado dois meses antes, pendente apenas de publicação de acórdão. Precedente do STJ.*

*4. Agravo Regimental não provido."* (AgRg no AgRg no Ag nº 1.392.645/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 7/3/2013)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO E DO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE APÓS O JULGAMENTO DO RECURSO E O TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO.*

*(...) 2. Após o julgamento do agravo interno, Gevisa S.A. pleiteou a desistência do recurso e do direito sobre o qual se funda a ação. Tal requerimento foi negado, ao fundamento de que foi formulado após o julgamento e o trânsito em julgado do agravo de instrumento, com decisão contrária à pretensão do requerente. Seguiu-se, assim, a interposição do presente agravo regimental.*

*3. Da interpretação literal dos arts. 501 e 502 do CPC poder-se-ia concluir que a parte recorrente pode, a qualquer momento, desistir do recurso. Contudo, por interpretação sistemática, mais adequada ao*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*exercício da jurisdição, chega-se à conclusão de que tal pedido só pode ser deferido quando formulado antes do julgamento do recurso. Pensar de forma diferente tornaria a atividade jurisdicional inviável, uma vez que a parte recorrente poderia interpor um recurso e, se o julgamento não lhe fosse favorável, simplesmente iria desistir do apelo. A efetiva aplicação dos aludidos artigos pressupõe que o pedido de desistência do recurso deve ser anterior ao seu julgamento.*

*4. O pedido de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação tampouco merece acolhida uma vez que a atividade jurisdicional já foi prestada, a lide já foi solucionada em processo transitado em julgado.*

*5. O acórdão que julgou o agravo regimental foi publicado em 9.4.2008 e, até a presente data, não foi interposto nenhum recurso que tenha o condão de suspender ou interromper qualquer prazo recursal e, conseqüentemente, evitar o trânsito em julgado desse acórdão. Diante disso, tem-se que o acórdão já transitou em julgado, o que não ocorreu até a presente data foi sua certificação.*

*6. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag nº 941.467/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe 26/4/2010).*

Ante o exposto, indefiro o pedido de desistência formulado às fls. 194-195.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator